Actualizado a 28/04/2015, 20:03 Cidade da Praia, 28 Abr (Inforpress) – A ministra da Administração Interna (MAI) asseverou hoje que, neste momento, não há nenhuma situação que exija a interdição de Chã das Caldeiras, podendo as pessoas transitar na localidade evacuada na sequência da erupção vulcânica de 2014. A governante falava aos jornalistas após uma audiência com o Presidente da República, Jorge Carlos Fonseca, no âmbito de um conjunto de audições que o Chefe de Estado tem realizado, tendo em conta as circunstâncias decorrentes da erupção vulcânica de 23 de Novembro, na ilha do Fogo, o realojamento e várias outras situações conexas. Segundo Marisa Morais, o monitoramento do vulcão ainda está a acontecer, pelo que, tranquiliza, se vier a existir qualquer tipo de situação que desaconselhe ou impeça o acesso à Chã das Caldeiras, as autoridades vão tomar medidas, sobretudo concernentes às pessoas que já começaram a frequentar a Caldeira. Quanto ao realojamento dos deslocados, a ministra da Administração Interna admite que “não será um processo nem fácil, nem breve de realojamento definitivo de pessoas (mais de 800)”. “Há decisões que ainda estão a ser tomadas, cautelosamente, do ponto de vista do MAI (Ministério da Administração Interna) e da Protecção Civil”, indicou Marisa Morais, sublinhando que sempre terão em atenção a própria gestão do risco dessas construções e do assentamento definitivo que vier a ser criado. Outra questão que está a ser tratada a nível dos municípios, segundo a governante, é eventuais construções clandestinas que possam estar a surgir, mas, aconselha, “aí há que distinguir as situações”, porque Chã das Caldeiras não está interditada e muitas pessoas têm em Chã o seu modo de vida e sustento económico e, portanto, deslocam-se àquela localidade para esse efeito. “Neste momento não há riscos especiais, havia ainda há pouco algumas fumarolas, mas nada que, de facto, impeça o acesso. Nos momentos em que impedimos o acesso à Chã das Caldeiras, tratou-se de momentos em que tínhamos gases extremamente perigosos no ambiente (…)”, lembra. Avança igualmente que, na ilha do Fogo, a monitorização já entrou no seu ritmo normal e que foi possível também adquirir mais equipamentos de monitorização, estando-se com o apoio do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica e da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), a estudar novas formas de monitoramento. “Porque, de facto, não é possível passarmos por uma erupção vulcânica desta envergadura sem tirarmos lições, ou seja, tanto o plano de contingência como o plano de emergência para as erupções vulcânicas terão, certamente, que ser beneficiados desta experiência”, considera. Quanto ao pagamento dos alojamentos temporários, Marisa Morais disse que é da responsabilidade dos municípios, mas insta as pessoas a não serem “precipitadas na análise das situações”. “Aquilo que é responsabilidade do SNPCB (Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros) e que sai do orçamento do Estado é o pagamento nessas situações, de pessoas que estão em casas rendadas, de água, luz e gás, uma despesa mensal que ultrapassa os 600 mil escudos”, disse. Neste particular, voltou a admitir que têm tido “eventualmente algumas dificuldades”, porque, justificou a titular da pasta da Administração Interna, “há tectos estabelecidos e, por vezes, parecem despesas surpreendentes (30 mil escudos por mês), mas têm sido sempre resolvidas”. Aproveitou para anunciar que estarão ainda no decurso do próximo mês a instalar outros comandos regionais do SNPCB, num total de cinco previstos. ZS Inforpress/Fim